

O PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS:

PROUNI E A DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

Izabel Petraglia¹
José Angelo Ferreira²

RESUMO

Movidos pelo desafio de conhecer estudos realizados sobre o Programa Universidade Para Todos - Prouni, nos últimos anos, atualizando um conjunto de estudos que compuseram o estado da arte, pertinentes ao Programa, e no intuito de divulgar para a comunidade científica sobre este saber, mapeou-se os trabalhos acadêmicos, identificando as categorias estudadas pelos pesquisadores: Inclusão Social e Profissional, Democratização do Ensino Superior, Política Neoliberal e Influência e Motivação Familiar, sendo a categoria Democratização do Ensino Superior o objeto deste trabalho. A pesquisa foi centrada no Prouni, independentemente da área do programa de pós-graduação, passando por programas de educação, sociologia, ciências políticas, teologia, serviço social, ciências contábeis, sobre a produção acadêmica discente dos programas nacionais de pós-graduação *stricto sensu*, expressa em teses de doutorado e dissertações de mestrado nos últimos anos. As pesquisas aqui indicadas, dentre muitas variáveis, consideraram que o Programa democratiza parcial e totalmente o Ensino Superior, garantindo a inclusão de uma parcela da população que não teria acesso a uma vaga na universidade pública. O presente trabalho ocupa-se ainda de apresentar desdobramentos parciais da pesquisa concluída em fins de 2010: "Prouni e inclusão social", desenvolvida pela PUC/SP em parceria com a Uninove, que contou com financiamento Capes/INEP.

1. PhD, *e-mail*:
izabelpetraglia@terra.com.br
2. Doutor, *e-mail*:
jaf1979@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Prouni. Democratização do Ensino Superior. Estado da arte.

1 INTRODUÇÃO

Numa sociedade em que o conhecimento transcende os recursos materiais como fator de desenvolvimento humano, é cada vez maior a importância da educação superior. Apesar desse pressuposto, o Brasil, no conjunto da América Latina, apresenta um dos índices mais baixos de acesso à educação superior, mesmo quando se leva em consideração o setor privado.

SEGUNDO DADOS DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS (INEP), A PORCENTAGEM DE MATRICULADOS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA EM 2009, EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO DE 18 A 24 ANOS, É DE APENAS 18,5%, COMPARANDO-SE DESFAVORAVELMENTE COM OS ÍNDICES DE OUTROS PAÍSES DO CONTINENTE: CHILE (43%), VENEZUELA (26%) E BOLÍVIA (28%). (INEP, 2009).

Visando atenuar as desigualdades e possibilitar o acesso ao Ensino Superior de qualidade a negros, deficientes, indígenas, estudantes da rede pública de ensino e de baixa renda, o governo editou a Medida Provisória n. 213/2004, depois institucionalizada pela Lei n. 11.096 de 18 de janeiro de 2005, o Programa Universidade para Todos (Prouni), que tem como finalidade a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas, garantindo o acesso ao Ensino Superior e

oferecendo isenção de tributos às IES que aderissem ao Programa como contrapartida. Essas ações vão ao encontro das metas do Plano Nacional de Educação que previa a presença, até 2010, de, pelo menos, 30% da população na faixa etária de 18 a 24 anos na educação superior, hoje restrita a 18,5%.

Não obstante às diversas lacunas, a democratização do acesso ao Ensino Superior começa desmistificando o que cada ser humano carrega em sua identidade, cujas características são apresentadas por cor, sexo, classe econômica e classe social, e que influenciam nas perspectivas de trabalho, na progressão da carreira, no desempenho educacional, no acesso ao Ensino Superior, na participação na vida pública. (GERALDO, 2007).

Para melhor compreensão das dimensões deste Programa, o presente trabalho pretendeu detectar e discutir os temas da pesquisa sobre o Programa Universidade Para Todos (Prouni), atualizando o conjunto de estudos que compuseram um estado da arte desse tema.

A pesquisa foi centrada no tema Prouni, independentemente a área ou ao Programa de Pós-Graduação *stricto sensu*, sendo o levantamento e a análise restritos à produção de pesquisadores de instituições universitárias. No segundo momento, a partir do universo pesquisado, o nosso objetivo foi apontar categorias de análise que foram identificadas, e destacaremos para análise: Democratização do Ensino Superior, cujo enfoque corresponde a 20% dos estudos levantados.

2 METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

Definidas como de caráter bibliográfico, as pesquisas conhecidas pela denominação “estado da arte” ou “estado do conhecimento” trazem em comum o desafio de mapear e discutir certas produções acadêmicas em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e de que forma e em que condições têm sido produzidas dissertações de mestrado, teses de doutorado e publicações.

Essa compreensão do estado de conhecimento sobre um tema, em determinado momento, é necessária no processo de evolução da ciência, a fim de que se ordene, periodicamente, o conjunto de informações e resultados já obtidos, ordenação que permita indicação das possibilidades de integração de diferentes perspectivas, aparentemente autônomas, a identificação de duplicações ou contradições, e a determinação de lacunas e vieses (SOARES, 2009). O estado da arte é uma parte importante do trabalho científico, uma vez que faz referência ao que já se tem descoberto sobre o assunto pesquisado, evitando que se perca tempo com investigações desnecessárias.

Trata-se de uma atividade árdua por ser crítica e reflexiva, visto que não se deve iniciar um processo de apropriação de dados sem refletir sobre eles, sem relacio-

ná-los com a temática desenvolvida, sem interagir com o autor, apresentando um novo texto, com força argumentativa e conclusões adquiridas pela reflexão. (SOARES, 2009).

Em sua primeira etapa, a pesquisa baseou-se no levantamento das dissertações de mestrado e teses de doutorado sobre o Prouni. Os trabalhos foram identificados por meio da pesquisa de palavras-chave e analisados os conteúdos pelos resumos das obras elaborados pelos seus autores.

A consulta se deu através do catálogo eletrônico do Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (Capes), que reúne em seu acervo, hoje, 458.657 resumos de teses, congregando informações básicas de pesquisas de pós-graduação *stricto sensu* - mestrado e doutorado - das diversas áreas e subáreas do conhecimento humano, desenvolvidas em Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e particulares de todo o território nacional e defendidas a partir de 1987, permitindo também o acesso aos textos completos de artigos selecionados de revistas internacionais, nacionais e estrangeiras. Foram consultados também os Bancos de Teses e Dissertações de diversas universidades brasileiras¹.

¹ As universidades pesquisadas foram: Universidade Federal de Alagoas, Pontifícia Universidade Católica de Salvador, Universidade Federal do Ceará, Centro Universitário de Brasília, Universidade Católica de Brasília, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal de Pernambuco, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Universidade Tuiuti do Paraná, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Universidade Federal Fluminense, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Escola Superior de Teologia Religião e Educação de São Leopoldo-RS, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Universidade Nove de Julho, no período de 2006 a 2010.

Identificados os trabalhos pertinentes ao estado da arte, fez-se uma análise do conteúdo das pesquisas.

Essa análise compreendeu a verificação de objetivos, problemas de pesquisa, abordagens teóricas, tipos e metodologias de pesquisa e conclusões, terminando com a apreciação crítica dos pesquisadores.

Em seguida, foram identificadas as categorias de análise e os dados foram apresentados em gráficos que contribuiriam para melhor visualização e compreensão do estudo, para posterior discussão.

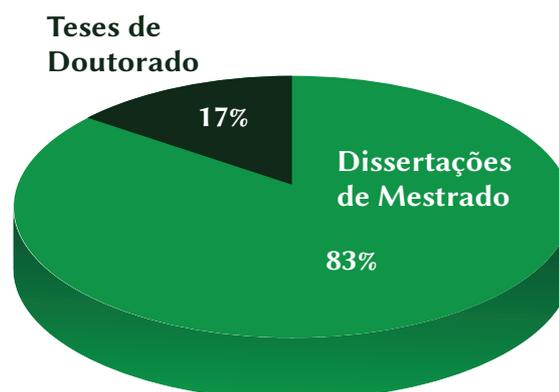
2.1 Estatísticas da produção acadêmica sobre o tema

A distribuição dessa produção indica uma média anual de pouco mais de cinco teses ou dissertações. Os dados levantados demonstram uma predominância na produção de dissertações de mestrado em relação às teses de doutoramento.

2.1.1 A distribuição da produção acadêmica

Entre 2006 e 2010 foram apuradas 30 teses e dissertações acadêmicas. Há um predomínio das dissertações de mestrado, que constituem 83% da produção, enquanto as teses de doutoramento representam apenas 17% do total.

Gráfico 1: A distribuição da produção acadêmica



Fonte: Dos autores (2013)

A distribuição dessa produção indica uma média anual de pouco mais de sete teses ou dissertações. A produção acadêmica é mais numerosa em 2007 (36,6% do total) e menos numerosa em 2006 (3,30%) (quadro 1).

Quadro 1: Distribuição da produção acadêmica no período de 2006-2010

ANO	Dissertação	%	Tese	%	Total	%
2006	1	3,3	0	0,0	1	3,3
2007	10	33,3	1	3,3	11	36,6
2008	6	20,0	2	6,6	8	26,6
2009	6	20,0	2	6,6	8	26,6
2010	2	6,6	0	0	2	6,6
TOTAL	25	83,3	5	16,7	30	100

Fonte: Dos autores (2013)

2.2 Distribuição geográfica da produção acadêmica

A produção acadêmica defendida no período de 2006-2010 sobre o tema Prouni, manifestada em número de teses e dissertações, está concentrada na região sudeste do país onde o estado de São Paulo responde isoladamente por 30% da produção nacional e 69% da região sudeste. Na região sul, a concentração

de produção acadêmica está no estado do Rio Grande do Sul com 62,5% e, na região nordeste, destacam-se os estados do Rio Grande do Norte e Paraíba, ambos com 29% da produção acadêmica.

O Distrito Federal responde isoladamente por 100% das pesquisas da região centro-oeste e na região norte não foram encontradas produções sobre o tema (quadro 2).

3 CATEGORIAS DE ANÁLISE

A análise de conteúdo é considerada uma técnica para o tratamento de dados que visa identificar o que está sendo dito a respeito de determinado tema. Vergara (2003) conceitua a análise de conteúdo como um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter informações, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo, que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens.

A técnica da análise temática ou categorial, de acordo com Bardin (2004, p. 111), baseia-se em operações de desmembramento do texto em unidades, ou seja, descobrir os diferentes núcleos de sentido que constituem a comunicação e, posteriormente, realizar o seu reagrupamento em classes ou categorias. Para Bardin (2004, p. 111), a categorização:

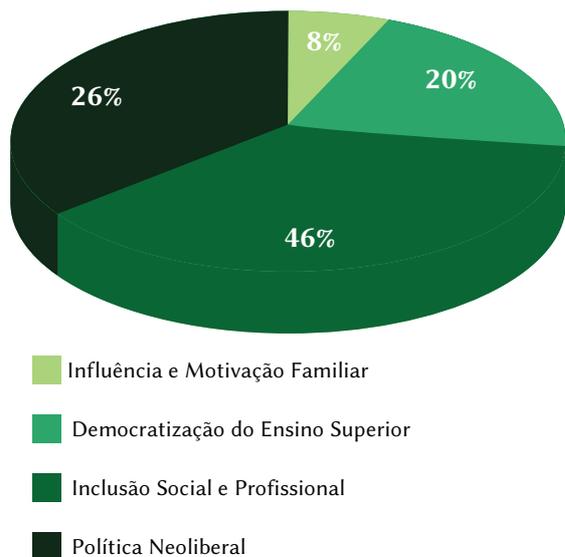
[...] é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo gênero (analogia), com critérios previamente definidos.

Emergiram dos trabalhos pesquisados quatro categorias: Inclusão Social e Profissional; Democratização do Ensino Superior; Política Neoliberal; Influência e Motivação Familiar.

3.1 Representação gráfica das categorias

Foi apontada por 46% dos trabalhos pesquisados a categoria Inclusão Social e Profissional, seguida da categoria Política Neoliberal em 26% das pesquisas estudadas. A categoria Democratização do Ensino Superior, objeto deste trabalho, foi apontada em 20% dos estudos dos pesquisadores e a categoria Influência e Motivação Familiar em 9% dos trabalhos analisados (gráfico 2).

Gráfico 2: Representação de categorias de análise



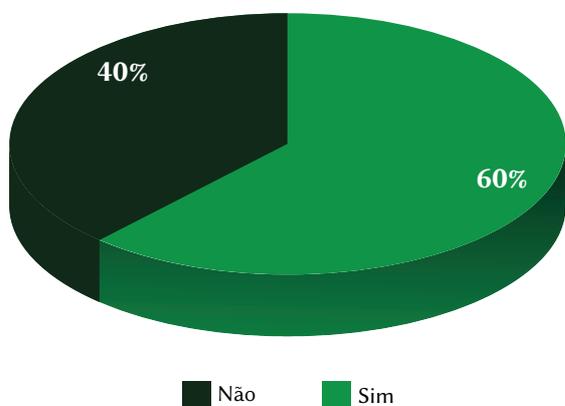
Fonte: Dos autores (2013)

3.2 Desdobramento da categoria Democratização do Ensino Superior

Na categoria Democratização do Ensino Superior (gráfico 3), 60% dos trabalhos concluíram que o Prouni democratiza o Ensino Superior e 40% que democratiza parcialmente.

Gráfico 3: Democratiza o Ensino Superior

Democratização do Ensino Superior



Fonte: Dos autores (2013)

3.2.1 Breve retrospectiva histórica da Educação no Brasil

Em 1931, pelo Decreto n. 19.851, foi instituído o estatuto das universidades brasileiras e reconstrução do ensino secundário. Esse decreto tornou facultativo o ensino religioso, causando forte reação da Igreja Católica. A partir dessa reação, surgiu a ideia de formular um manifesto, no qual constaria “o sentido fundamental da política brasileira da educação”. (AZEVEDO, 1996).

Os liberais, em 1932, na tentativa de influenciar as diretrizes governamentais, publicaram o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Ghiraldelli Jr. (1994), defendia sobremaneira a reformulação da política educacional, visando a uma escola pública obrigatória, laica e gratuita para a população e pelos princípios pedagógicos renovados inspirados nas teorias de Dewey, Kilpatrick e outros.

A Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) aprova, em dezembro de 1948, a Declaração Universal dos Direitos do Homem, do qual o Brasil é signatário, e nessa declaração consta que um dos direitos contemplados é o direito à educação.

Em 20 de dezembro de 1961 é promulgada a Lei n. 4024/61 que fixa as diretrizes e bases da Educação Nacional. Foi o primeiro documento sobre as diretrizes e bases da educação nacional e, segundo Saviani (1997), a Lei n. 4024/61 era uma lei inócua, valendo lembrar que antes disso não havia no Brasil uma lei específica para a educação.

O primeiro Plano Nacional de Educação surgiu em 1962, elaborado já na vigência da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Visando organizar o ensino ao novo quadro político (golpe militar de 1964), como instrumento para dinamizar a própria ordem socioeconômica, ajusta-se a LDB 4.024/61, não sendo considerado pelo governo militar a necessidade de editar por completo a lei em questão.

A Lei 5.540/68 (da Reforma Universitária) estabeleceu o fim da cátedra e a departamentalização, ou seja, o parcelamento do trabalho na universidade instituiu os cursos problema da falta de vagas e criou uma estrutura burocrática para dar suporte ao parcelamento e à fragmentação do trabalho na universidade.

A LEI 5.692/71, DE MANEIRA GERAL, OBJETIVOU DIRECIONAR O ENSINO PARA A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DOS GINÁSIOS ORIENTADOS PARA O TRABALHO (GOT) E A IMPLANTAÇÃO DA PROFISSIONALIZAÇÃO COMPULSÓRIA NO ENSINO DE 2º GRAU (CLARK; NASCIMENTO; SILVA, 2005), EM COMPASSO DIRETO COM A PREPARAÇÃO PARA UM MERCADO DE TRABALHO ALTAMENTE ROTATIVO, DENTRO DO MODELO DE INDUSTRIALIZAÇÃO E CRESCIMENTO ECONÔMICO ASSOCIADO E DEPENDENTE DO CAPITAL ESTRANGEIRO.

Em 1968, o então Presidente Costa e Silva sanciona a Lei n. 5.465 que regulamenta o preenchimento de vagas nos estabelecimentos de ensino agrícola através da reserva de

cotas para os agricultores ou para os filhos dos mesmos em estabelecimentos de Ensino Médio e nas Escolas Superiores de Agricultura e Veterinária mantidos pela União. Em 6 de setembro de 1968, através da promulgação do Decreto n.63.223, o Brasil ratifica a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação.

Em agosto de 1986, na IV Conferência Brasileira de Educação, cujo tema central era a educação e a constituinte, foi aprovada a Carta de Goiânia contendo as propostas dos educadores participantes da Conferência, para o Capítulo da Constituição de 1988, referente à Educação.

A Constituição de 1988, Capítulo III, Artigo 205 define “a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade”, e o Artigo 206 parágrafo I tem como princípio a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola.

Em 16 de dezembro de 1996 é aprovada uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. O tema da educação superior inicia-se no Capítulo IV – Da Educação Superior, sendo abordada nos artigos 43 a 57, especificamente, normas referentes à estrutura e ao funcionamento do Ensino Superior no Brasil.

Em 09 de janeiro de 2001, é aprovada a lei do Plano Nacional de Educação. PNE busca ações integradas dos três níveis de governo, criando um entrelaçamento intergovernamental, consubstanciado no regime de colaboração, e abre as portas para a integração intragovernamental, isto é, no âmbito de cada governo, para que não se compartimentem as políticas sociais. (BRASIL, 2001).

O Projeto de Lei n. 7200/2006, apresentado no Congresso Nacional de Reforma Universitária, em 12 de junho de 2006, é fruto de diversos espaços de discussões e com a participação de várias entidades da área educacional. O Projeto, entre outras medidas, previa uma série de modificações no sistema educacional superior brasileiro, dentre elas, a necessidade de expansão de vagas na universidade, tendo como objetivo maior a inclusão de jovens na Educação Superior.

Em 2007 o governo lança mais um plano com um novo prazo de cumprimento dos objetivos até 2022, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). No PDE, nenhum plano de metas anunciado pelos governos anteriores é levado em consideração, não é feito um diagnóstico mais completo, nem um panorama de perspectivas, limita-se a estabelecer novas metas a serem alcançadas, consolidando-se como mais um programa de governo, e não um programa estrutural de Estado, por não levar em conta as metas estabelecidas anteriormente em relação à educação brasileira.

3.2.2 O acesso à Educação Superior

As universidades públicas não comportam o grande número de jovens cursando o Ensino Médio que, segundo dados do MEC/INEP (2003), vem progressivamente aumentando. As faculdades particulares, por sua vez, estão proliferando-se por todo o país, porém o alto custo das suas mensalidades não encontra aporte financeiro na maioria da população. O governo procura suprir a falta de vagas e a desigualdade gerada criando políticas e medidas que buscam garantir maior igualdade de oportunidades.

O Programa de Crédito Educativo foi originariamente implantado em 1976, nas regiões norte, nordeste e centro-oeste pelo MEC e no segundo semestre daquele ano foi estendido a todas as instituições universitárias do país reconhecidas e autorizadas pelo MEC.

EM 1999 É INSTITUÍDO O PROGRAMA DE FINANCIAMENTO ESTUDANTIL (FIES) EM SUBSTITUIÇÃO AO PROGRAMA DE CRÉDITO EDUCATIVO, DESTINADO A FINANCIAR A GRADUAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR DE ESTUDANTES QUE NÃO TÊM CONDIÇÕES DE ARCAR INTEGRALMENTE COM OS CUSTOS DE SUA FORMAÇÃO.

Em 13 de janeiro de 2005, por meio da Lei n. 11.096, é instituído o Programa Universidade para Todos do MEC que tem como finalidade a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de baixa renda, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior, oferecendo, em contrapartida, isenção daquelas instituições, como: pagamento do imposto de renda de pessoa jurídica, da contribuição social sobre lucro líquido, do PIS e da Cofins; as instituições privadas que aderirem deverão oferecer 10% de suas vagas em bolsas de estudo; as instituições filantrópicas deverão oferecer 20% de gratuidade, já exigidos pela lei, exclusivamente em bolsas de estudo, não mais em outros tipos de atendimento, de difícil controle e contabilização.

Aprovado em janeiro de 2001, o Prouni leva em consideração a necessidade econômica do candidato, ou se o mesmo é portador de deficiência, ou se pertence a grupos historicamente excluídos do Ensino Superior.

O Prouni fixa o prazo de dez anos para que a educação superior absorva 30% da população da faixa etária de 18 a 24 anos, sendo o primeiro programa de bolsa de estudos para candidatos em instituições de Ensino Superior particulares, já que anteriormente existiam apenas programas para instituições públicas. Nesse mesmo sentido, Castro (2005, p. 84) se manifesta ressaltando que:

No Brasil, o governo não oferece nenhum programa de bolsas de estudo com base no mérito ou na necessidade econômica para estudantes da graduação fora do setor público. O Prouni, que está sendo introduzido em 2005, pode preencher parcialmente esta lacuna, oferecendo bolsas com base na necessidade econômica – na verdade, conjugando critérios de rede escolar de origem (tem que ser pública) e de proporcionalidade ‘étnica’ da população.

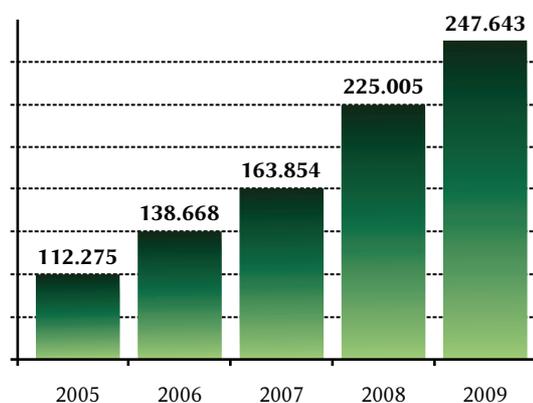
O Prouni possui também ações conjuntas de incentivo à permanência dos estudantes nas instituições, como a Bolsa Permanência, o convênio de estágio MEC/CAIXA e o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies), que possibilita ao bolsista parcial financiar até 100% da mensalidade não coberta pela bolsa do programa.

Assim, o Programa Universidade para Todos, somado ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), a Universidade Aberta do Brasil e a expansão da rede federal de educação

profissional e tecnológica ampliam significativamente o número de vagas na educação superior, contribuindo para o cumprimento de uma das metas do Plano Nacional de Educação, que prevê a oferta de educação superior até 2011 para, pelo menos, 30% dos jovens de 18 a 24 anos.

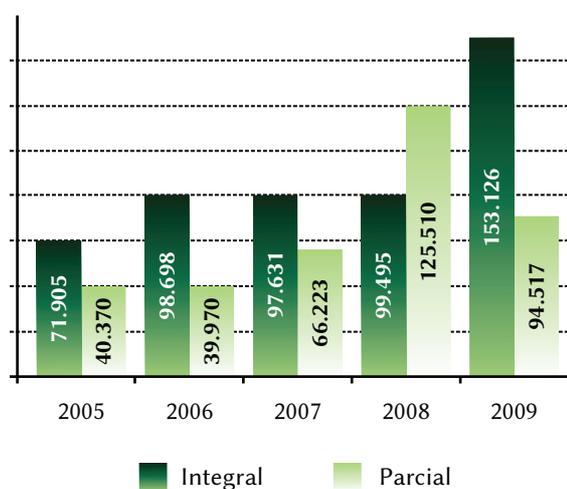
O Prouni já atendeu, desde sua criação até o processo seletivo do primeiro semestre de 2010, 887.445 alunos. Desse total, 520.855 alunos foram atendidos com bolsas integrais e 366.590 alunos com bolsas parciais:

Gráfico 4: Total de bolsas ofertadas



Fonte: SISPROUNI (2009)

Gráfico 5: Total de bolsas ofertadas parciais e integrais



Fonte: SISPROUNI (2009)

Diante da relevância do problema, justifica-se que 40% dos trabalhos pesquisados tratam do tema Prouni como um Programa que

[...] parece ser resultado de muitos investimentos anteriores para garantir a ampliação de vagas no Ensino Superior, considerando o baixo percentual hoje de jovens matriculados em cursos superiores. Observou-se na pesquisa que alguns jovens teriam muitas dificuldades de ingressarem na universidade senão através do Prouni. O recorte social que o programa garante inclui uma parcela da população que não teria acesso a uma vaga na universidade pública (alto número de concorrentes e localização nas capitais), muito menos às mensalidades praticadas nas instituições privadas. (ESTACIA, 2009, p. 53).

[...] no que se refere aos principais programas mantidos e criados pelo Governo Federal entre os anos de 2003 e 2006, o Fies, o Prouni e o Sistema de Cotas são programas que buscam facilitar o acesso à educação superior das pessoas historicamente excluídas desse nível de ensino. (CORCINE, 2007, p. 41).

[...] portanto, o Prouni é um programa que está realmente promovendo o acesso ao Ensino Superior aos jovens de baixa renda, ou seja, aqueles que não obtiveram êxito em adentrar um IES pública, ou ainda aqueles que não conseguiram entrar nas IES particulares pela falta de condições financeiras de arcar com a mensalidade de curso e demais despesas decorrentes. (MELLO, 2007, p. 32).

[...] mistificação ou não, o Programa Universidade Para Todos está possibilitando o acesso (não democratização) aos jovens de baixa renda, o acesso ao Ensino Superior. (MELLO, 2007, p. 40).

democratiza o Ensino Superior e 60% que democratiza parcialmente, podendo ser evidenciado em:

[...] o programa é um primeiro passo no sentido de garantir o acesso de jovens à universidade, não somente dos jovens, diga-se de passagem, mas também àqueles que tiveram seu sonho adiado por anos, e agora finalmente possui uma chance de cursar uma graduação. No universo da pesquisa, 10,46% dos estudantes tinham mais de 31 anos, o que demonstra que o programa abre novas perspectivas não só aos jovens, mas também a outra parcela importante da sociedade. (COSTA, 2008, p. 61).

[...] e foi nesse sentido, mascarado por um discurso demagógico de “democratizar” o acesso ao Ensino Superior, que o governo encaminhou ao Congresso Nacional, em maio de 2004, o Programa Universidade para Todos – Prouni. (ALMEIDA, 2009, p. 29).

[...] após análise feita dos dados, chega-se a algumas conclusões. O que se pode observar é que as políticas públicas e sociais brasileiras são utilizadas pela população de baixa renda, ou de classes menos favorecidas, mas antes de beneficiar a estas, elas servem primeiro a uma pequena população, seja de políticos, de pequenos empresários que detêm o poder e de outros grupos privilegiados. (SOARES, 2009, p. 34).

[...] o Prouni foi importante na garantia de acesso de milhões de jovens à universidade, e há diversos dados que comprovam essa afirmativa. Na Região Metropolitana do Vale do Aço, a iniciativa trouxe alento à ausência de instituições. (OLIVEIRA, 2009, p. 40).

4 ESTADO DA ARTE

Vários trabalhos acadêmicos têm o Prouni, apesar de ser um programa recente, como objeto de estudo. Destacam-se, a seguir, as dissertações e teses, dentre as pesquisadas que trataram da categoria **Democratização do Ensino Superior**.

1. **Título:** Alunos do Prouni da Universidade de Passo Fundo: trajetórias, percepções/sentimentos e aproveitamento acadêmico. Passo Fundo, 2009. Doutorado em Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Ano: 2009

Autor: Maria Aparecida T. Estácia

2. **Título:** Políticas públicas de acesso à educação superior no Brasil. Curitiba, 1998, 111p. Mestrado em Educação. Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

Ano: 2007

Autor: Milena Maria Corcini

3. **Título:** Política pública para o acesso ao ensino superior: o Prouni no contexto do centro universitário do leste de Minas Gerais. São Leopoldo, 2009. Mestrado em Educação. Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

Ano: 2009

Autor: Edna Imaculada Inácio de Oliveira

4. **Título:** Programa universidade para todos – Prouni: acesso ao Ensino Superior e qualificação. Para quê? Curitiba, 2007. 141p. Mestrado em Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Tuiuti do Paraná.

Ano: 2007

Autor: Cleverson Molinari Mello

5. **Título:** Universidade para todos: o Prouni na visão dos bolsistas de uma instituição de ensino superior. Campinas, 2009. 121p. Mestrado em Educação. Programa de Pós-Graduação na área de Educação, Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

Ano: 2009

Autor: Maria Aparecida de Almeida

6. **Título:** O Programa Universidade Para Todos (Prouni) e as políticas sociais: o caso do município de campos dos goytacazes. Campos dos Goytacazes, 2009. Mestrado em Políticas Sociais. Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais do Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As conclusões das pesquisas, embora realizadas em lugares e tempos distintos, demonstram que o Prouni possibilitou o acesso das classes, anteriormente excluídas da educação superior e que, sem a implantação desse Programa, o acesso às universidades continuaria destinado às classes mais privilegiadas, sobretudo, no que tange ao Ensino Superior Privado que representa, atualmente, mais de 70% das vagas nesse nível de ensino.

Identificamos nos trabalhos que o Prouni, para a maioria dos autores, é articulado como proposta de ação afirmativa de democratização, uma vez que busca dar condições de acesso aos cidadãos menos favorecidos, os quais se encontram à margem do processo educacional, condição *sine qua non* para atingir projeção social e econômica em uma sociedade globalizante e neoliberal.

Vale, entretanto, destacar que para 40% dos pesquisadores, as reais perspectivas do Programa Universidade para Todos (Prouni) em relação ao Ensino Superior estão cada vez mais influenciadas pelos princípios neoliberais que utilizam os subsídios indiretos destinados ao segmento, para financiamento das bolsas de estudos, integrais ou parciais, destinadas aos estudantes de baixa renda.

É sabido que nem o Prouni e nem outras ações isoladas resolverão o problema de séculos de desigualdade e nem darão conta do enorme déficit do sistema educacional brasileiro, de uma hora para outra.

No entanto, a privação do saber é um problema histórico tão fundamental que conduz à regressão da democracia e uma democratização cognitiva é o primeiro passo para a reforma do pensamento, tão urgente diante dos múltiplos e complexos problemas, que exige a tomada de consciência dos cidadãos e ações políticas imperativas, urgentes e duradouras.



PROGRAM UNIVERSITY FOR ALL

PROUNI AND THE DEMOCRATIZATION OF HIGHER EDUCATION

ABSTRACT

Motivated by the challenge of identifying studies on the Program University for All – PROUNI, in recent years, of updating a set of studies that formed the state of the art, relevant to the program, and to disseminate the scientific community about this knowledge, academic papers were analysed, identifying the categories studied by researchers: Social and Professional Inclusion, Democratization of Higher Education, Neoliberal Policy and Influence and Family Motivation, with the category of Democratization of Higher Education as the subject of this work. The research was focused on PROUNI, regardless of the area of post-graduate program, encompassing programs of the areas of education, sociology, political science, theology, social work, and accounting, and student academic production of national programs for post-graduate studies strictu sensu expressed in doctoral and master dissertations produced in recent years. The research reported here, among many variables, considered that the Program partially and fully democratize higher education, ensuring the inclusion of a portion of the population that would not have access to a place in a public university. This work also deals with the partial unfolding of the present survey completed in late 2010: "PROUNI and social inclusion", developed at PUC/SP in partnership with UNINOVE, which received funding Capes / INEP.

*Key-words: Prouni.
Democratization of Higher
Education. State of the art.*

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Maria Aparecida de. **Universidade para todos: o PROUNI na visão dos bolsistas de uma instituição de ensino superior**. Mestrado em Educação. Programa de Pós-Graduação na área de Educação, Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas, 2009.
- AZEVEDO, F. de. **A educação e seus problemas**. São Paulo: Melhoramentos, 1996.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2004.
- BRASIL. **Plano Nacional de Educação**. Brasília: Senado Federal, UNESCO 2001.
- CASTRO, Maria Helena de Magalhães. Estado e mercado na regulação da educação superior. In: Schwartzman, Simon e Brock, Colin. **Os desafios da educação no Brasil**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2005.
- CLARK, Jorge Uilson; NASCIMENTO, Manoel Nelito Matheus & SILVA, Romeu Adriano. **A Administração Escolar no Período do Governo Militar (1964-1984)**. Texto Inédito, 2005.
- CORCINI, Milena Maria. **Políticas públicas de acesso à educação superior no Brasil**. Mestrado em Educação. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba, 2007.
- ESTÁCIA, Maria Aparecida T. **Alunos do PROUNI da Universidade de Passo Fundo: trajetórias, percepções/sentimentos e aproveitamento acadêmico**. **Doutorado em Educação**. Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Passo Fundo, 2009.
- GHIRALDELLI JR. Paulo. **História da educação**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1994.
- MEDIDA PROVISÓRIA n. 213, de 10 de setembro de 2004. **Institui o Programa Universidade para todos - PROUNI regula atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 13 set. 2004. Seção 3. BRASIL. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/prouni>>. Acesso em: 03 jan. 2011.

SOBRE OS AUTORES

Izabel Petraglia



Pós-doutora pelo Centro Edgar Morin, da EHESS - Paris. Doutora em Educação pela USP e Mestre em Educação pela PUC/SP. Psicóloga e pedagoga.

Desenvolveu atividades

de gestão acadêmica, em funções de diretora de Faculdade, coordenadora de Programa de Pós-Graduação e diretora de pesquisa. Realizou assessoria acadêmica e diversas consultorias em Educação. Desenvolve pesquisa em Educação, especialmente sobre os temas: transdisciplinaridade, interdisciplinaridade e pensamento complexo. É professora e pesquisadora do Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas - UNIFMU, em São Paulo. É líder de pesquisa do Gepec - Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação e Complexidade, cadastrado no diretório de grupos do CNPq e autora de vários livros, capítulos e artigos publicados em revistas científicas.

MELLO, Cleverson Molinari. **Programa universidade para todos – PROUNI: acesso ao Ensino superior e qualificação. Para quê?** Universidade Tuiuti do Paraná. Curitiba, 2007.

Ministério da Educação. SINAES. [Portal institucional]. Disponível em: <<http://sinaes.inep.gov.br/sinaes/>>. Acesso em: 4 jul. 2010.

OLIVEIRA, Edna Imaculada Inácio de. **Política pública para o acesso ao ensino superior: o PROUNI no contexto do centro universitário do leste de minas gerais.** Mestrado em Educação. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2009.

SAVIANI, Dermeval. **Historia das ideias pedagógicas no Brasil.** Campinas: Editora Autores Associados Ltda., 2008.

SOARES, Josete Pereira Peres. **O programa universidade para todos (PROUNI) e as políticas sociais: o caso do município de campos dos goytacazes.** Mestrado em Políticas Sociais. Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais do Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Campos dos Goytacazes, 2009.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em Administração.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

Data de recebimento: 22/05/13

Data de aprovação: 17/12/144



Jose Angelo Ferreira

Possui graduação em Administração - Middlesex County College (1992), graduação em Pedagogia pela Faculdade Pitágoras - *Campus* Londrina (2012), mestrado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (2000) e doutorado em Educação pela Universidade Nove de Julho (2012). Atualmente é professor de pós-graduação *lato sensu* da Faculdade Catuai de Londrina, professor de pós-graduação *lato sensu* da União Educacional de Cascavel, conselho editorial - Syntagma Editores, professor de pós-graduação *lato sensu* da Faculdade Assis Gurgacz, professor de cursos de pós-graduação do Instituto Brasileiro de Pós-Graduação e Educação Continuada Ltda, professor de pós-graduação *lato sensu* - SENAI - Departamento Regional de Santa Catarina, professor de pós-graduação *lato sensu* da Universidade Norte do Paraná, professor do curso de pedagogia da Faculdade Pitágoras - *Campus* Londrina, coordenador adjunto curso de Engenharia de Produção da Faculdade Pitágoras - *Campus* Londrina, coordenador do curso de administração da Faculdade Pitágoras - *Campus* Londrina, professor do curso de administração da Faculdade Pitágoras - *Campus* Londrina e professor da Universidade Estadual de Londrina do Departamento de Administração. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Administração de Sistemas Educacionais, atuando principalmente nos temas: jogo de empresas, custos, complexidade, empreendedor e educação.